



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JANETE SANTANA PESQUEIRA

**OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) JUNTO AOS ALUNOS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

JUAZEIRO - BA

2023

JANETE SANTANA PESQUEIRA

**OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) JUNTO AOS ALUNOS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB DCH/Campus III.

Orientadora: Profa. Dra. Kalline Flávia Silva de Lira.

JUAZEIRO -BA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

P474d Pesqueira, Janete Santana

Os desafios do atendimento educacional especializado (AEE) junto aos alunos com transtorno do espectro autista / Janete Santana Pesqueira. Juazeiro-BA, 2023.
23 fls.: il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Kalline Flávia Silva de Lira.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2023.

1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Atendimento Educacional Especializado. I. Lira, Kalline Flavia Silva de. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 371.9

JANETE SANTANA PESQUEIRA

OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) JUNTO AOS ALUNOS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso
de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia -
Campus III, para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Data da Aprovação: 15 /12 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Kalline Flávia Silva de Lira
Orientadora



Profa..Me. Iva Autina Cavalcante Lima
Avaliadora



Profa. Dra. Aurilene Rodrigues Lima

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus que me deu oportunidades, força de vontade e coragem para vencer todos os meus obstáculos e entraves durante a minha trajetória.

À minha família, principalmente minha mãe, que me deu apoio e compreensão durante a minha formação acadêmica.

Agradeço à minha orientadora Kalline Flávia Silva de Lira pela colaboração, sabedoria e disposição no processo de desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores envolvidos que por intermédio dos seus ensinamentos permitiram a conclusão da minha graduação.

À Profa. Dra. Neuma Guedes pela força e incentivos em todas as etapas do meu curso.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo me apoiando durante essa longa jornada.

RESUMO

A presente pesquisa argumenta sobre os desafios enfrentados pelo atendimento educacional especializado com alunos com transtorno do espectro autista. Foram analisados artigos publicados nos últimos cinco anos, numa abordagem qualitativa e exploratória. Os resultados apontam como desafios a falta de tecnologias assistivas, a necessidade de colaboração entre família e escola, e a falta de diagnósticos. Concluiu-se que apesar disso, a inclusão no ensino regular é possível, através do acompanhamento com profissionais especializados, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: Autismo; Educação inclusiva; Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

This research argues about the challenges faced by specialized educational care for students with autism spectrum disorder. Articles published in the last five years were analyzed, using a qualitative and exploratory approach. The results point out as challenges the lack of assistive technologies, the need for collaboration between family and school, and the lack of diagnoses. It was concluded that despite this, inclusion in regular education is possible, through monitoring with specialized professionals, who effectively contribute to the development of students.

Keywords: Autism; Inclusive education; Specialized Educational Service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	8
2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	10
3 METODOLOGIA	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS	18

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aconteceu diante da minha trajetória acadêmica na Graduação de Pedagogia, em que participei de um processo seletivo em 2022-2023 para trabalhar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede municipal de ensino de Juazeiro (BA) e fui aprovada. Nesta altura, tinha cursado a disciplina de Educação Especial, e por isso, tinha realizado algumas leituras acerca do tema.

Porém, durante o exercício da minha função de Assistente, deparei-me com uma realidade desconhecida e que me provocou a pensar: se realmente gostaria de trabalhar nesta área; como enfrentar novos desafios; e se teria estrutura psicológica e conhecimentos pedagógicos suficientes para lidar com as questões voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), no qual eu era auxiliar de AEE.

Assim, nos primeiros dias aconteceram situações em que não soube resolver, pois não conseguia colocar em prática os meus conhecimentos pedagógicos dentro da realidade destes alunos, devido ao grau da condição do autismo em que um deles se encontrava. Isso me provocou a ter outros questionamentos sobre os desafios no início da minha carreira profissional Graduada em Pedagogia. Baseada nestas circunstâncias, eu percebi a importância da formação de todos os envolvidos que trabalham com crianças com TEA, como também os constantes estudos sobre as concepções teóricas que envolvem o processo da inclusão destas crianças, pois elas possuem diferentes formas de aprendizagens relacionadas às demais e que variam na sua individualidade.

Diante desse contexto, destaca-se a importância do assistente de AEE sendo um desafio enfrentado no trabalho com crianças com TEA. Por isso, se faz necessário destacar alguns conceitos referente a esses profissionais que fazem parte do quadro da educação especializada AEE. Muitas vezes, os assistentes não são reconhecidos como parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento da autonomia dessas crianças.

A profissão do assistente de AEE não tem uma definição específica quanto a sua nomenclatura relacionada a esses profissionais como: Auxiliar de sala, Apoio escolar etc. Quanto a sua formação acadêmica, exige-se ter magistério (ensino médio completo) ou cursando licenciatura em pedagogia e áreas afins. No ambiente escolar, os assistentes de AEE deverão acompanhar os alunos com necessidades especiais em atividades diárias em sala de aula junto ao professor da sala regular para promover o desenvolvimento de competências afetivas e socialização, além de acompanhar os estudantes desde a sua chegada até sua saída, auxiliar nas

atividades de alimentação e higiene de acordo com a necessidade de cada aluno público alvo da educação especial.

A presença do profissional de Assistente de AEE no ambiente escolar é algo novo, regulamentado em 2013 com a Nota Técnica de nº 24, tratando da orientação ao sistema de ensino para implementação da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção aos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O documento garante a oferta de serviços da educação especial, dentre eles o AEE complementar ou suplementar e o profissional de apoio. Dentre os aspectos a serem observados na oferta desse serviço educacional, destaca-se a importância do profissional de apoio ao articular as atividades da sala de aula regular, e de recursos multifuncionais, com as demais atividades escolares.

É importante fazer um trabalho colaborativo entre a escola e a família quanto a sua afetividade. É necessário ressaltar que esses profissionais não são responsáveis pelo planejamento de atividades e atribuições de notas, sendo responsabilidade do professor da sala regular junto ao professor de AEE. Assim, o Assistente é um mediador no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Com minha atuação na função de Assistente de AEE, destaco a importância da formação continuada, como também da valorização do assistente no ambiente escolar, levando em conta a real função desses profissionais, com o intuito de realizar um trabalho colaborativo com resultados alcançados em todas as esferas.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação brasileira deve possibilitar o pleno desenvolvimento da pessoa, a fim de que seja capaz de exercer a cidadania. O dever do Estado para com a educação é efetivado mediante a garantia, dentre outras, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade (Brasil, 1988).

De acordo com o Decreto nº 6.571/2008, em seu parágrafo 1º do artigo 1º, o atendimento educacional especializado é o “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Brasil, 2008a).

No Brasil, o AEE é assegurado aos “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013).

Assim, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Quais os desafios enfrentados pelos profissionais do AEE junto aos alunos que são diagnosticados com TEA? Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os desafios enfrentados pelos profissionais do AEE junto aos alunos que são diagnosticados com TEA. Para alcançar o objetivo geral,

elencaram-se os seguintes objetivos específicos: apresentar um levantamento histórico-legal sobre o TEA e o profissional de AEE; analisar artigos produzidos entre 2019 e 2023 sobre AEE e TEA; identificar as principais temáticas de pesquisa na área do AEE e TEA.

Essa pesquisa se configura como qualitativa, com objetivo de explorar artigos que identifiquem os principais desafios enfrentados pelos profissionais do atendimento especializado com alunos autistas. Esse artigo partiu da necessidade de identificar as lacunas sobre a temática do AEE. A escolha do tema partiu do interesse da pesquisadora, levando em consideração as vivências e desafios enfrentados com alunos autistas. Assim, essa pesquisa busca contribuir para sua formação acadêmica e profissional.

O foco desta pesquisa é voltado aos alunos com TEA, que segundo Ribeiro (2018), devem estar incluídos na sala de ensino regular, com acompanhamento especializado. Com isso, é de total importância que o aluno autista tenha esse processo de interação com os alunos da sala regular e que o professor, enquanto mediador do conhecimento, possa incluir os mesmos no ambiente escolar e social.

1 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com a Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2015), o autismo é um transtorno com alterações persistentes no desenvolvimento que gera grande impacto na demanda de recursos educacionais e de saúde, e tem um índice de prevalência acentuada.

O autismo estava, inicialmente, incluído na definição dos Transtornos Globais do Desenvolvimento no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), na versão IV, em que também fazia parte o Transtorno Desintegrativo da Infância e as Síndromes de Asperger e Rett. No DSM-V, essa classificação foi revista e passou a ser categorizada por um único diagnóstico: os Transtornos do Espectro Autista (TEA). Esta modificação refletiu a percepção de que estes transtornos são uma mesma condição com escalas gradativas divididas em dois grupos de sintomas: a) as dificuldades na comunicação e na interação social; b) no padrão de comportamentos e interesses restritos e repetitivos (APA, 2015).

Segundo a atual versão do DSM, o autismo é qualificado por sintomas sociais e de comunicação, além de padrões rígidos do pensamento e da ação. Ressaltam-se entre as características fundamentais do transtorno: interesses restritos, limitações no brincar, na

interação social e na comunicação verbal e não-verbal, padrões estereotipados e sensibilidade sensorial (APA, 2015).

Ainda de acordo com o DSM-V, para se diagnosticar uma pessoa com TEA, é necessário atender aos seguintes critérios: a) na comunicação e interação social em diversos contextos; b) nos padrões de comportamento, interesses e atividades restritos e repetitivos (ocorridos em falas, movimentos ou manuseio de objetos de forma estereotipada ou excessiva fixação em rotinas e padrões ritualizados); c) os sintomas devem estar presentes desde a primeira infância (APA, 2015).

Importante ressaltar que os sintomas ou sinais não são estáticos ao longo do desenvolvimento da criança, e por isso é possível que em diferentes momentos da vida eles estejam mais ou menos atuantes no funcionamento - o que pode distinguir, inclusive, as variações dentro do espectro. Essas variações podem ser decorrentes de estimulações presentes ou ausentes, manejos específicos quando a criança foi avaliada e a acurácia do observador (Bosa, 2002).

Nos últimos anos, houve alterações na nomenclatura e atualmente a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), classifica o autismo infantil (F 84.0) como um dos subtipos de transtorno global de desenvolvimento (F84). De acordo com a classificação diagnóstica apresentada no DSM-V:

Os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos (APA, 2015, p. 53).

A partir disso, as classificações sobre as pessoas com diagnóstico de TEA passaram a ser realizadas a partir do nível de necessidade de intervenção ou de suporte. Para Gomes et al. (2015), as pessoas com TEA apresentam, com frequência, habilidades cognitivas abaixo da média esperada e dificuldade na interação social e que, por conta disso, exigem cuidado diferenciado que incluem adequações educacionais e cuidados singulares.

Quando se trata de inclusão de indivíduos com TEA, o processo de inclusão escolar tende a ser ainda mais delicado. O comprometimento na comunicação, interação social e a presença de padrão restritivo e repetitivo de comportamento podem acarretar prejuízos no sucesso do aluno na sala de aula regular, caso não haja um direcionamento eficaz, uma vez que o fato de o tema ser tão complexo pode ser um fator que dificulte a entrada de pessoas com esse diagnóstico em escolas (Gomes; Mendes, 2010).

No entanto, Camargo e Bosa (2009, p. 68) defendem a importância da inclusão dos alunos com autismo no contexto regular de ensino, principalmente, no que se refere à socialização destes, onde se torna possível “proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo”. Além disso, as autoras justificam também os benefícios que esta relação pode trazer a todos, onde a convivência pode ensinar as outras crianças a conviver e aprender com as diferenças.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

No que tange às pessoas com TEA, em 2012 houve a publicação da Lei nº 12.764, considerada um marco em relação às especificidades do educando com TEA. A referida Lei consolida a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012).

As políticas públicas brasileiras amparam o direito de matrícula na escola regular de crianças com TEA com início na educação infantil, passando por todos os níveis e etapas da educação (Brasil, 2012). Sabe-se que a educação infantil pode trazer benefícios para as crianças com TEA, uma vez que possui objetivos que vão ao encontro dos déficits nas áreas de comunicação social e comportamentos apresentados pelos indivíduos dentro do espectro.

O estudo realizado por Faria et al. (2018) a respeito do conhecimento de professores acerca das especificidades do diagnóstico de TEA, do aprendizado e do ensino desses estudantes, observou que ainda há barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e de acessibilidade por parte dos docentes e equipe educacional. Essas pesquisas mostram que o acesso às instituições de ensino está ocorrendo, mas que os professores participantes se sentem desamparados e desinformados sobre práticas pedagógicas, adequações curriculares e avaliativas, elaboração de materiais didáticos e acerca da própria conceituação de inclusão.

A ideia da inclusão aparece como um processo de democratização da escola, conscientizando de que a responsabilidade é educar todos (Brasil, 2008b; 2015). Pensando na inclusão, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, salientam que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001, p.1).

Assim, abarca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é oferecido de forma obrigatória pelos sistemas de ensino e tem como objetivo complementar a formação do aluno com deficiência, ou seja, não substituir, mas suplementar o que lhe foi transmitido no ensino regular, de maneira que seja levado mais em consideração as limitações dele. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico, denominado Sala de Recursos Multifuncional (SRM), descrito no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola (Brasil, 2001; 2008a; 2008b).

O AEE normalmente é ofertado por educadores específicos, assim, cabe ao professor das SRM e os professores do ensino regular manterem um diálogo constante, objetivando o aprimoramento de todos os conteúdos trabalhados no ensino regular aos alunos com deficiência que frequentam a respectiva sala (Brasil, 2008a; 2015).

3 METODOLOGIA

O referido estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002), é desenvolvida através de materiais já elaborados, principalmente de livros e artigos científicos, periódicos, bem como aqueles que se propõe a análise acerca de um problema. A pesquisa bibliográfica permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela pesquisada diretamente.

No que referem aos objetivos, trata-se de um estudo exploratório, que de acordo com Gil (2002), são pesquisas que buscam maior familiaridade com o tema, desenvolvendo e esclarecendo conceitos e ideias.

No que concerne à abordagem, a pesquisa realizada foi qualitativa, que segundo Gil (2002), é aquela que considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, ou seja, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são questões básicas no processo de pesquisa qualitativa.

A coleta de dados foi realizada a partir de um levantamento no portal de Periódicos da CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave na opção “busca avançada”, através do operador booleano “and”: atendimento educacional especializado; AEE; transtorno do espectro autista; TEA; autismo. O recorte temporal utilizado foi de cinco anos.

Inicialmente foram encontrados 35 artigos. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos encontrados, tendo como critério de inclusão artigos publicados em português e em revistas com revisão de pares. Foram excluídos os artigos repetidos e aqueles que não estavam de acordo com a questão norteadora. Dessa forma, a amostra constituiu-se de um conjunto de 11 artigos. O Quadro 1 apresenta os detalhes dos artigos selecionados e analisados.

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados e analisados

Título do artigo	Autoria	Ano de publicação	Região do país
Transtorno do Espectro Autista: A Importância do Profissional Especializado no meio Pedagógico	Flávia M. A. S. Souza; João Everaldo A. Felizardo	2019	Nordeste
O uso das TIC'S no contexto educacional da inclusão escolar	Galé C. Machado; Andréa M. dos Santos; Paloma R. Cardozo	2020	Sul
Utilização de exergames no desenvolvimento da interação social de discentes com TEA	Kathia M. B. Sales; Ana Claudia M. Machado	2020	Nordeste
Atendimento Educacional Especializado para estudantes com transtorno do espectro autista na Associação Pestalozzi de Goiânia – Unidade Renascer	Márcia S. Rocha; Ana Flávia T. M. Oliveira; Michell P. M. Araújo	2021	Centro-Oeste
O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM	João Otacílio L. Dos Santos; Geysse P. T. Sadim; Carlo Schmidt; Maria Almerinda S. Matos	2021	Norte
As relações interpessoais na sala de aula: a mediação pedagógica no processo de ensino e de aprendizagem da criança com deficiência	Cleusa I. Ziesmann; Jeiza de F. Batista; Sonize Lepke	2021	Sul
Adequações curriculares para alunos com autismo: o que é? Como fazer?	Henrique Arnaldo Junior	2021	Sudeste
Uma proposta com multiletramentos no atendimento educacional especializado na alfabetização do aluno autista	Soraya G. C. da Silva; Evangelina M. B. de Faria	2021	Nordeste
Tecnologia assistiva: atendimento educacional especializado de alunos com autismo na pandemia	Joane L. Ribeiro; Ana Valéria M. F. Lustosa	2022	Nordeste
Suporte educacional à inclusão de estudante com transtorno do espectro autista: atendimento educacional especializado na visão dos docentes	Rosana Z. Pinto; Miriam A. B. Godoy; Ailton B. Costa	2022	Sul/Sudeste
O atendimento educacional especializado no contexto da educação infantil: um estudo sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista	Solange F. R. Yaegaschi; Luciana M. Caetano; Tatiana L. A. Batista; Jhonatan P. Peixoto	2022	Sul/Sudeste

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Percebe-se que a maioria das pesquisas foram produzidas por mulheres, sendo 22 no total, e sete homens. O único artigo de apenas uma autoria foi produzido por um homem. Percebeu-se também que a maioria das pesquisas foram realizadas por professores/as universitários/as (totalizando 18 autores/as), a maioria vinculados/as às universidades públicas.

Em relação à região dos/as autores, quatro pesquisas são de autoria do Sul e quatro do Nordeste. No entanto, duas do Sul tem coautoria de pesquisadores da região Sudeste. A região Norte e a Centro-oeste aparecem com uma pesquisa cada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A temática do Atendimento Educacional Especializado é potencializadora de diversas discussões sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Além de perpassar a questão do direito básico à educação, também dialoga com questões sobre as práticas pedagógicas, metodologias, adaptações curriculares, entre outras, que se desenham no cotidiano das escolas.

A análise dos artigos selecionados considerou: o título do artigo; autoria; objetivo geral; palavras-chave; e, por fim, um destaque dos apontamentos realizados pelos/as autores/as do que seriam os desafios do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O primeiro artigo analisado foi o de Souza e Felizardo (2019), que teve o objetivo geral de demonstrar a importância do profissional especializado frente à garantia do direito básico à educação de forma igualitária, sendo as suas palavras-chave: TEA, direito à educação, estratégia pedagógica e acompanhamento especializado. Os/as autores/as destacam que a discriminação e o preconceito contra pessoas que tem deficiência no Brasil, principalmente por parte da família de alunos com TEA, é o maior desafio a ser enfrentado pelos profissionais do AEE.

O artigo de Machado, Santos e Cardozo (2020) teve como objetivo geral discutir o uso da Tecnologia Assistiva (TA) no AEE e os benefícios na promoção de aprendizagem para os alunos com deficiência, tendo como palavras-chave: inclusão, tecnologias assistivas e AEE. O artigo relata um experimento com 14 alunos com TEA na utilização de tecnologias assistivas, e demonstra que a falta desses recursos junto a estes alunos em uma sociedade informatizada é um desafio emergente a ser superado.

O artigo de Sales e Machado (2020) teve como objetivo geral analisar de que maneira a utilização dos Exergames – através do console de jogos com sensor de movimento como recurso tecnológico mediador – pode favorecer a interação social dos discentes com TEA. O artigo apresentou como palavras-chave: tecnologias assistivas, TEA, interação social e prática pedagógica.

Sales e Machado (2020) apresentam os resultados de uma pesquisa de campo, onde foi observada a interação social dos discentes com TEA a partir de três categorias, a saber: comunicação, identidade e interatividade. Identificou-se o crescimento dessas três categorias devido à utilização das tecnologias assistivas com alunos diagnosticados com TEA.

O quarto artigo analisado foi o de Rocha, Oliveira e Araújo (2021), que teve como objetivo geral compreender a adequação do comportamento e o processo de socialização para favorecer a construção da autonomia dos alunos com TEA, de acordo com suas particularidades. As palavras-chave apresentadas foram: AEE, TEA, inclusão escolar e Sala de Recursos Multifuncional. Os/as autores/as enfatizaram a importância do trabalho colaborativo entre a escola, a família e os profissionais do AEE como uma das barreiras a serem ultrapassadas para o desenvolvimento pleno dos alunos com TEA.

O artigo de Santos et al. (2021) teve como objetivo geral caracterizar a organização e o funcionamento do AEE, realizado nas salas de recursos multifuncionais (SRM), apresentando como palavras-chave: AEE, autismo e educação especial. O artigo demonstra que a falta de laudo para os alunos com TEA dificulta a ação de profissionais, como também a falta de tempo específico para o atendimento especializado. Além disso, os/as autores/as relatam a falta de materiais pedagógicos atualizados ou a sua total ausência; a falta de profissionais especializados; e a falta de subsídio para a especialização continuada e efetivação do planejamento coletivo.

O artigo de Ziesmann, Batista e Lepke (2021) buscou compreender como os professores do município de Santa Rosa, localizado no interior do Rio Grande do Sul, que trabalham nas salas de AEE e nas salas do ensino regular, entenderam e efetivaram a inclusão no espaço escolar. As palavras-chave do artigo são: educação inclusiva, teoria histórica cultural e ensino regular.

Ziesmann, Batista e Lepke (2021) demonstram que no processo de ensino e aprendizagem faz-se necessário considerar os aspectos afetivos nas relações entre o Assistente de AEE e o aluno com TEA, permeando as atividades pedagógicas. Segundo as autoras, pensar a forma de estabelecer uma boa relação educador-aluno é uma ação motriz que potencializa a interpretação das necessidades individuais desses alunos. Para isto, é necessária também uma

formação inicial e continuada a ser entendida como uma interlocução entre teoria e pesquisas educacionais voltadas para este campo.

O artigo de Arnaldo Junior (2021) tem o objetivo geral de apresentar algumas adequações curriculares (AC) efetuadas pelo autor como professor de Matemática em uma sala de recursos para AEE para estudantes autistas. A pesquisa tem como palavras-chave: adequações curriculares, autismo e AEE.

Arnaldo Junior (2021) aponta como desafios ao AEE junto ao aluno com TEA: a ausência de métodos de avaliação voltados para a aprendizagem dos alunos com TEA; a falta de um ambiente adequado para a aprendizagem; a importância da qualidade do material didático utilizado pelo professor; e a necessidade de formação específica para os docentes e para a adequação curricular.

Já o artigo de Silva e Faria (2021) teve como objetivo geral analisar o processo de aquisição de linguagem escrita de uma criança autista em ambientes tecnológicos, a partir dos multiletramentos no AEE e apresentou como palavras-chave: aquisição de escrita, autismo e multiletramento. As autoras destacam que o principal desafio de ensino ao aluno com TEA é a linguagem, e não as letras. Assim, para que a aprendizagem da escrita aconteça de maneira eficaz, é necessária a formação para os profissionais do AEE.

O artigo de Ribeiro e Lustosa (2022) teve como objetivo geral investigar o uso da Tecnologia Assistiva (TA) por professores de AEE com crianças com autismo no contexto da pandemia, apresentando como palavras-chave: tecnologias assistivas, autismos, professores e pandemia. É importante destacar que apesar deste artigo falar sobre um contexto pandêmico, as autoras ressaltaram o aprofundamento de desafios pré-existentes como, por exemplo, a ausência de políticas afirmativas que assegurem condições equitativas de ensino e aprendizagem, além das disparidades socioeconômicas e regionais de oferta e garantia de educação entre as instituições privada e pública.

O artigo de Pinto, Godoy e Costa (2022) teve como objetivo geral verificar quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino comum e no AEE para uma educanda com TEA, apresentando como palavras-chave: educação especial, inclusão escolar e ensino colaborativo. O artigo destaca que a formação inicial e continuada dos professores se faz importante para poder compreender as peculiaridades do ensino voltado para crianças, como também a necessidade de antecipação do plano de aula para o Assistente de AEE.

Além disso, Pinto, Godoy e Costa (2022) apontam que o conteúdo deve ser apresentado de forma sensível ao aluno com TEA, através de atividades personalizadas, pois os professores precisam reconhecer que o maior desafio dos alunos é assimilar os conteúdos. Os/as autores/as

chamam atenção que alunos com TEA aprendem de forma e tempos diferentes; assim, é fundamental ter um trabalho colaborativo, com propostas de atividades lúdicas, ter momentos de troca de saberes entre professores da sala regular e AEE, e sobretudo, a presença da família na escola é fundamental para ajudar no processo de ensino-aprendizagem.

O artigo de Yaegaschi et al. (2022) teve o objetivo de analisar teses e dissertações produzidas entre os anos de 2016 e 2021, que abordaram o AEE destinado aos alunos com TEA matriculados na Educação Infantil, cujo foco foi a percepção dos professores sobre o trabalho que desenvolvem com alunos autistas. O artigo apontou como palavras-chave: TEA, educação especial inclusiva, educação infantil, AEE e prática docente.

De acordo com Yaegaschi et al. (2022), os desafios do AEE junto ao aluno com TEA são vários. Dentre eles, citam-se: a qualidade da formação inicial e da formação continuada; a falta de troca de saberes/experiência entre professores; utilização de materiais adequados ao ensino de alunos com TEA; adequação curricular. As autoras ainda relatam que há falta de planejamento educacional individualizado e que não há proposta de uma rotina específica voltada para aprendizagem deste aluno, além de desconhecimentos dos professores sobre os sinais característicos de alunos com TEA.

Outros pontos relevantes destacados por Yaegaschi et al. (2022) na pesquisa realizada é que há uma ausência de vivências coletivas nas escolas, bem como não existem espaços voltados para a formação continuada e compartilhamento de saberes e estudos contínuos voltados para os docentes. Neste sentido, as autoras ressaltam a necessidade de melhorias na condição de trabalho e no material adaptado utilizado com os alunos. A pesquisa também identificou a ausência de sala de recursos em algumas escolas, recursos humanos insuficientes, falta de profissionais da saúde para acompanhar os alunos para emissão de laudo, além de falta de profissionais de AEE qualificados para atuarem nas salas regulares. As autoras concluem que é necessário organizar tempo e espaço que permitam o brincar, aprender e desenvolver, além de um planejamento coletivo e políticas públicas que fomentem a formação continuada dos docentes.

Após a análise dos 11 artigos selecionados, pode-se perceber que as principais temáticas trazidas nas pesquisas foram Tecnologias Assistivas (TA) – apresentadas em três artigos, e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) – apresentadas em dois artigos.

Em relação às tecnologias assistivas (TA), vista como ferramenta importante na inclusão de pessoas com deficiência, percebe-se que a sua utilização na escola fornece vários benefícios a essas pessoas, facilitando a inclusão social, como também o desenvolvimento do trabalho

educacional, dispondo de vários instrumentos para prática de ensino inclusiva. De acordo com o documento produzido pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2009, p. 9).

Essas tecnologias favorecem uma interação social do aluno com TEA no ambiente escolar, como também desenvolve os aspectos cognitivos através do lúdico, como jogos e brincadeiras.

O modelo de Salas de Recursos Multifuncional (SRM), mais difundido no Brasil, foi elaborado pelo Ministério e ratificado através do Decreto nº 7.611/2011. São espaços físicos dotados de mobiliário acessível, recursos de tecnologia assistiva, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, como, por exemplo: mesa redonda, cadeiras, laptop, software para teclado adaptado, impressora braille, scanner com voz, lupa eletrônica e alfabeto móvel.

Assim, aponta-se que a SRM tem o papel de potencializar o processo de aprendizagem dos alunos do AEE, em conjunto com a sala do ensino regular, devendo ser caracterizada como ambientes com materiais tecnológicos e mobiliários que contribuem com o processo de aprendizagem, respeitando as diversas especificidades de alunos público-alvo da educação especial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que são inúmeros os desafios enfrentados na inclusão dos discentes com TEA, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas voltadas a esse público, visto que há uma necessidade que as especificidades de cada aluno inserido na sala regular e sala de recurso multifuncional sejam atendidas plenamente. Da mesma forma, compreende-se que a utilização das tecnologias assistivas no ambiente escolar é fundamental para promover a acessibilidade, o desenvolvimento social e cognitivo e a autonomia dos alunos com TEA.

Após a análise dos artigos selecionados, é possível perceber que os professores da sala regular e do atendimento especializado precisam estar juntos fazendo um trabalho colaborativo, utilizando recursos didáticos e lúdicos, com inovações de conteúdos, respeitando as limitações de cada aluno. Entre os principais desafios elencados nas pesquisas, destacam-se: a falta de TA nas escolas, o preconceito ainda existente contra pessoas com TEA, e a necessidade de colaboração entre família e escola, considerando professores da sala regular e do AEE. Além disso, muitos alunos ainda não estão diagnosticados devidamente, o que impede o acesso aos seus direitos, como por exemplo, o AEE.

Pode-se concluir que, apesar dos inúmeros desafios, a inclusão de alunos com TEA no ensino regular é possível. Para isso, faz-se necessário o acompanhamento com profissionais especializados, que possam contribuir efetivamente no desenvolvimento dos alunos diagnosticados com TEA. E esse acompanhamento pode ser realizado com os profissionais do AEE, utilizando as Salas de Recursos, e com o acesso às Tecnologias Assistivas.

REFERÊNCIAS

APA. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Fifth Edition. (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2015.

ARNOLDO JUNIOR, H. Adequações curriculares para alunos com autismo: o que é? Como fazer? **Revista Insignare Scientia**, v. 4, n. 2, p. 122-134, fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12079>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BOSA, C. A. Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 77-88, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/P6p4y7ZqzhBVVfTPhXhB3Jc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2008a.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008b.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Tecnologia Assistiva**. Brasília, DF: CORDE, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 9 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.65-74, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FARIA, K. T.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; CARREIRO, L. R. R.; DE PAULA, C. S. Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Rev Educ. Esp.**, Santa Maria, p. 353-370, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28701>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. G.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Rev. Bras. Educação Especial**, Marília, v.16, n. 3, p. 375-396, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/MLYDnyY5DbKb3mpC8NCKtwb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GOMES, P. T. M.; LIMA, L. H.; BUENO, M. K. G.; ARAÚJO, L. A.; SOUZA, N. M. Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. **J. Pediatr.**, Porto Alegre, v. 91, n. 2, p. 111-121, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/wKsNY3ngvLDcRZ5bxWCn47v/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MACHADO, G. C.; SANTOS, A. M. dos; CARDOZO, P. R. O uso das TIC'S no contexto educacional da inclusão escolar. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, p. 559-572, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1913>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PINTO, R. Z.; GODOY, M. A. B.; COSTA, A. B. da. Suporte educacional à inclusão de

estudante com transtorno do espectro autista: atendimento educacional especializado na visão dos docentes. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, p. e27, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15876>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RIBEIRO, T. F. R. **Um olhar sobre o autismo: inclusão escolar, conceitos e discussões**. 2018. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

RIBEIRO, J. L.; LUSTOSA, A. V. M. F. Tecnologia assistiva: atendimento educacional especializado de alunos com autismo na pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 3, p. 667–688, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/69691>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ROCHA, M. S.; OLIVEIRA, A. F. T. de M.; ARAÚJO, M. P. M. Atendimento Educacional Especializado para estudantes com transtorno do espectro autista na Associação Pestalozzi de Goiânia – Unidade Renascer. **Educação Por Escrito**, v. 12, n. 1, p. e41901, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/41901>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SALES, K. M. B.; MACHADO, A. C. M. Utilização de exergames no desenvolvimento da interação social de discentes com TEA. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, p. 515-541, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1860>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, J. O. L.; SADIM, G. P. T.; SCHMIDT, C.; MATOS, M. A. S. O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 99-119, jan./ abr. 2021. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4150>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, S. G. C.; FARIA, E. M. B. Uma proposta com multiletramentos no atendimento educacional especializado na alfabetização do aluno autista. **Revista De Educação PUC-Campinas**, v. 26, p. 1–16, fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4926>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, F. M. A. S.; FELIZARDO, J. E. A. Transtorno do Espectro Autista: A Importância do Profissional Especializado no meio Pedagógico. **Rev. Psicologia Id on line**, v. 13, n. 48, p. 862-873, dez. 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2295/3500>. Acesso em: 10 nov. 2023.

YAEGASCHI, S. F. R.; CAETANO, L. M.; BATISTA, T. L. A.; PEIXOTO, J. P. O atendimento educacional especializado no contexto da educação infantil: um estudo sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista. **Rev. Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 3, p. 774-796, dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/69643>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. DE F.; LEPKE, S. As relações interpessoais na sala de aula: a mediação pedagógica no processo de ensino e de aprendizagem da criança com deficiência. **Interfaces da educação**, v. 12n. 35, p. 232–252, 2021. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4712>. Acesso em: 08 nov. 2023.